

REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

ESTUDOS LINGUÍSTICOS E FILOLÓGICOS

ARTIGO

A HERANÇA LINGUÍSTICA DOS KARIRI NA ALDEIA TUMBALALÁ

THE LINGUISTIC HERITAGE OF THE KARIRI IN THE TUMBALALÁ VILLAGE

LETÍCIA SUELY DE SANTANA

Índigena da etnia Tumbalalá. Mestranda em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS). E-mail: leticiaparaindia@gmail.com

NORMA LUCIA FERNANDES DE ALMEIDA

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Departamento de Letras e Artes da UEFS.
E-mail: norma@uefs.br

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o léxico usado pelo povo Tumbalalá - nação de Kariris – para averiguar a existência de resquícios lexicais da língua Kariri Dzubukuá, da família Kariri, do tronco linguístico Macro-Jê. A comunidade pesquisada localiza-se ao norte da Bahia, nos municípios de Abaré e Curaçá, região antigamente conhecida como Pambu. Essa foi uma das únicas aldeias em que existiu a catequização em uma das línguas Kariri, que resultou na criação de um *Katecismo* (1709) em língua Kariri e português. O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica, documental, e descritiva. Os resultados obtidos apontaram a existência de lexias possivelmente da língua Kariri-Dzubukuá, e, dentre elas, há cinco (ajuká, koaki, pujá, cataioba etrupela) que são intimamente ligadas às tradições, costumes e rituais do povo Tumbalalá, o que nos mostra que o povo estrategicamente resistindo ao contexto em que estavam inseridos, conseguiram manter viva palavras importantes para eles culturalmente.

Palavras-chave: Kariri-Dzubukuá. Tumbalalá. Léxico. Línguas Índigenas.

ABSTRACT

This research aimed to investigate the lexicon used by the Tumbalalá people – nation of Kariris – to ascertain the existence of lexical remnants of the KaririDzubukuá language, from the Kariri family, from the Macro-Jê linguistic trunk. The researched community is located in the north of Bahia, in the municipalities of Abaré and Curaçá, a region formerly known as Pambu. This was one of the only villages in which catechization existed in the Kariri language, which resulted in the creation of a *Katecism* (1709) in the Kariri language and Portuguese. The work was carried out through bibliographic, documentary and descriptive research. The results obtained pointed to the existence of lexias possibly from the Kariri-Dzubukuá language, and, among them, there are five (ajuká, koaki, pujá, cataioba and trupela) that are closely linked to the traditions, customs and rituals of the Tumbalalá people, which shows us that the people strategically resisting the context in which they were inserted, they managed to keep culturally important words alive.

Keywords: Kariri-Dzubukuá. Tumbalalá people. Lexicon. Indigenous language.

1 INTRODUÇÃO

Ao norte da Bahia, no sertão de Pambu, residem os Tumbalalá, etnia indígena descendente da nação Kariri, contando com os primeiros registros de contato datados de 1660. A região de Pambu foi cenário de diversos conflitos entre indígenas e não-indígenas, alvo de missões religiosas com objetivo de aldear e “civilizar” os indígenas através da catequização, o que resultou em uma perda enorme de seus costumes, tradições, e principalmente de sua língua, que atualmente se encontra extinta, contando apenas com um registro escrito da língua Kariri Dzubukuá, da família Kariri do tronco linguístico Macro-Jê, registrada na obra *Katecismo Indico da Língua Kariri* (1709) pelo Pe. Bernardo de Nantes.

A herança deixada pelos diversos povos indígenas habitantes do semiárido baiano, sobretudo na língua, é muito significativa, a exemplo, o Tupi, língua de origem indígena que muito contribuiu na formação do léxico do Português Brasileiro (PB), por ter sido a língua mais falada no Brasil, no século XVI até o XVII. Já existem estudos que apontam a ocorrência de palavras dessa origem, em regiões habitadas tradicionalmente por nações Kariri. Embora haja documentação de línguas de origem Kariri, como o Dzubukuá e o Kipeá, elas ainda são pouco estudadas.

Acredita-se haver, assim como do Tupi, resquícios lexicais dessas línguas que resistem nas falas de seus remanescentes, ainda que não sejam dicionarizadas e tenham a sua origem desconhecida ou controvertida, como nota Souza (2011) ao fazer uma pesquisa sobre o léxico falado na comunidade do Povo Kiriri¹, “é notória a ausência de um compromisso verdadeiramente científico por parte dos dicionaristas na identificação etimológica de itens lexicais tanto indígenas como africanos.” (Souza, 2011, p.173).

Nesta pesquisa, o método utilizado será o qualitativo. Os dados para compor o *corpus* desta pesquisa foram extraídos de dois materiais publicados em formato de cartilha produzida juntamente com o povo Tumbalalá. Em seguida, será verificado se há a ocorrência das lexias encontradas nas cartilhas no *Katecismo Indico da Língua Kariri* (1709), escrita pelo Pe. Bernardo de Nantes. Também serão investigadas as etimologias das lexias encontradas a fim de poder identificar alguma oriunda de língua da família Kariri.

Este trabalho está dividido em 7 seções, além das considerações finais: no primeiro está a introdução; do segundo ao quarto apresentamos o povo envolvido na pesquisa, o seu contexto histórico e sua relação com a doutrinação em língua Kariri Dzubukuá. No quinto e no sexto, abordamos sobre as línguas da família Kariri e o ponto de vista dos missionários sobre elas, e também sobre as línguas indígenas do Brasil e sua influência no léxico do Português Brasileiro. No sétimo, compreende-se a metodologia da pesquisa e a discussão sobre os dados trazidos que dizem respeito aos resquícios lexicais das línguas indígenas encontrados nas duas obras consultadas.

2 O POVO TUMBALALÁ: CONTEXTO HISTÓRICO

Historicamente o território do povo Tumbalalá é conhecido como Pambu, assim como também foram chamados os indígenas que sempre habitaram a região - Os “índios do Pambu”, hoje, são etnicamente afirmados (nos afirmamos) sob o etnônimo Tumbalalá, provenientes da nação Kariri.

Assim como a maioria dos indígenas denominados de “Tapuias” espalhada pelo sertão, os Tumbalalá também sofreram muito com o processo de colonização, que levou à descaracterização das identidades de vários povos, e deixou outros à míngua; sendo que houve um período na história do Brasil que foi declarado a extinção da maioria, senão de todas, as aldeias indígenas no nordeste, que eram acompanhadas pela Companhia de Jesus. Esse status de extinção se deu por conta de um projeto político de tornar as aldeias em vilas, para não assegurar o direito das terras para os indígenas. Os “tapuias” que ocupavam os sertões foram envolvidos em algumas guerras, e em vários conflitos de disputa pela terra e pelo direito dos seus territórios. Os “índios de Pambu” aparecem em destaque em dois momentos. Pompa (2003) nos traz mais dados sobre a aldeia de Pambu e esses dois episódios:

Pambu é o antigo nome da Ilha de Assunção, a maior do São Francisco. A aldeia, conforme Martin de Nantes, encontrava-se quatro léguas a jusante de Aracapé e vinte duas a montante de Rodelas, e o missionário que passou a administrá-la, de 1677 a 1686, foi o frei Anastácio de Audierne. A aldeia foi envolvida em dois episódios marcantes: a guerra dos portugueses contra a missão jesuítica de Canabrava, na qual foram capturados índios de Pambu que o frei Anastácio conseguiu resgatar, e a tentativa de Francisco Dias d'Ávila de destruir a missão, instigando a rebelião de índios (pelo menos, conforme o relato dos padres.) (Pompa, 2003, p. 309)

Esse relato trazido é baseado na *Relation* (1799 [1706]), de Martin de Nantes, que narra a sua chegada ao Brasil, e o período em que esteve em missão nas aldeias, principalmente a de Aracapé, na qual se estabeleceu, até a sua volta para França. Nessa relação, ele conta também sobre como defendeu os indígenas daquela região, que chegou a sair duas vezes para Salvador a fim de pedir proteção aos indígenas pelos órgãos competentes na época; sobre uma dessas, ele relata:

Foi o que aconteceu nessa ocasião em que, com a ajuda de Deus, convenci de tal forma o senhor governador, que ele me disse que o haviam enganado e que ele aprovava meu procedimento; que, se voltassem os cavalos para a ilha, ou se se fizesse algum mal a mim ou aos índios, bastava que eu lhe escrevesse, que não voltariam de novo a fazê-lo e que eu poderia regressar em paz. (Nantes, 1799[1706], p. 68)

De acordo com os registros encontrados, a aldeia Pambu teve uma presença missionária intensa. Rubert (1988, p. 221) relata que “Na aldeia de Pambú, sob o arcebispado da Bahia, em 1695 constam 3 missionários”, e quanto a localização e população indígena, declara que:

Aldeia da Imaculada Conceição do Pambú, na margem esquerda do rio S. Francisco, bispado de Olinda, de índios Cariris, que tinha, em 1731, 220 crianças e 192 adultos batizados [...] Em 1745 os índios já eram 300 e em 1758 constam somente 290, os quais, em 1766, ano da sua supressão, tinha um excelente cura em Fr. Barnabé de Genova. (Rubert, 1988, p. 97)

Nantes, na sua Relação de uma Missão no Rio São Francisco publicada na França no início do século XVIII, menciona seu companheiro de missão e o aponta como fundador da Missão da Aldeia de Pambu “O padre Anastácio d’Audierne e o padre José de Chateaugontier haviam chegado e fundado cada uma sua aldeia de cariris, também no rio abaixo, o primeiro no Pambu e o padre José a duas léguas para cima” (Nantes, 1979[1706], p. 50). Os dois padres se formaram no mesmo lugar e atuavam de forma similar. Assim, embora não exista, que se saiba, documentos deixados por Pe. Anastácio, pode-se pensar que o seu trabalho e vivência tenha sido equivalente ao descrito por Nantes na sua Relação (1979[1706]) que ocorreu junto aos Kariri de Aracapé. Sob testemunho de Nantes (1979[1706]) consta também a presença do padre João Batista duCroisic, que administrava presentemente junto àquela dos Brancararu e Porcá, que ele visitava de vez em quando[...]. Regni (1988) ainda menciona em Pambu a presença do frei Henrique de Laval em 1700, que se opôs à entrega da aldeia ao clero secular segundo a ordem do bispo.

Quanto à extinção da missão do Pambu, de acordo com Andrade (2012),

Em Pambu, as autoridades deixaram de ver índios depois de decretarem, em 1746, a extinção do aldeamento da Imaculada Conceição do Pambu. Provavelmente seguiu-se a este ato oficial a desobstrução das terras para o avanço dos currais de bois e o êxodo dos índios para áreas adjacentes.”(Andrade, 2012, p. 183)

Em 1860, segundo relatório de Halfeld sobre levantamento topométrico do Rio São Francisco “está a Villa do Pambú, que tem uma igreja de invocação a Santo Antonio e cerca de 30 casas; [...] quasi todas ellas estão em pessimo estado, e a Villa parece despovoada de seus habitantes [...]”. (Halfeld, 1860, p. 39)

Por volta do ano de 1998, os “índios do Pambu” começaram a se mobilizar em busca do reconhecimento enquanto um povo indígena, sendo atendidos em 2001 pela FUNAI. Etnicamente, hoje eles se identificam como sendo Tumbalalá, ao que relata o cacique Cícero Marinheiro, na

Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Tumbalalá (2010, p. 3):

“O nome Tumbalalá foi descoberto na década de 30 através de nossos rituais que em seis trabalhos da ciência se confirmou o nome Tumbalalá. O nome Tumbalalá foi dado pelos Encantados de Luz. A gente não diz, é segredo do nosso povo. Quem quiser acreditar que acredite.” (Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Tumbalalá, 2010, p. 3)

Quanto a sua língua, conforme apresenta no site do ISA – Instituto Socioambiental (2003), os Tumbalalá hoje “Falam apenas o português e não há evidências linguísticas comprovadas do uso de fragmentos de um léxico que possa ser remetido a uma língua indígena pretérita.” Necessitaria de uma pesquisa mais acertada acerca do léxico falado pelo povo para identificar palavras que possam ser de origem Dzubukuá Kariri. Atualmente, os Tumbalalá aguardam a assinatura da carta declaratória para proceder a demarcação de seu território.

3 OS TAPUIAS E OS DESCIMENTOS

Ao adentrar o sertão, os padres se colocaram em perigo diversas vezes, pois por um lado havia os “*tapuias*”, que seguindo descrição de Serafim Leite, apresentavam resistência a serem doutrinados a religião e costumes europeus e eram considerados ferozes.

Ao chegar às Jacobinas, vieram muitos Índios ao seu encontro para os saudar sem darem mostras de receio, antes com satisfação. Falavam língua diversa, que sabia um negro que os Padres levavam consigo. Êstes Tapuias têm mostrado pouca disposição para a fé e doutrina cristã, por serem de natureza versátil, inconstantes e ferozes, dos que comem carne humana. Andam nus pelos matos e chavascas, muito dados a furtos. Assaltam com frequência as Fazendas dos Portugueses e se os apanham desprevenidos os matam e roubam. Por isso se lhes fez guerra e se cativaram muitos e se lhes queimaram as Aldeias (Leite, 2004[1938]. p. 271.)

Do outro, tão mais cruéis, havia os degredados, os sesmeiros e curraleiros, estes dois últimos interessados nas terras principalmente para a criação de gado que era facilitada pelo rio São Francisco. As relações entre essas figuras eram grosseiras aos indígenas e missionários que se puseram em embates e guerras junto aos indígenas. Os missionários envidaram esforços para impedir o extermínio e a escravidão dos indígenas, além de investirem em longas viagens a Salvador em busca da ajuda de Sua Majestade e governadores, ciente de que nesse tempo já existiam leis que amparavam os indígenas no seu direito à terra: “[...] e é contra o serviço de Deus Nosso Senhor e meu que os

índios não gozem inteiramente da sua liberdade e que sejam privados do uso das terras que habitam reconhecendo eles o seu domínio [...]”, estes também enviaram cartas com pedido de apoio às aldeias, assim, temos a preocupação do P. João de Barro, [...] poderemos acudir a este gentio, emq. to não aversojeitos q. se sacrifique a Deus [...]. eq. Belas se podem aqui fazer com menos trabalho ao mais inteior deste Certão! P.e Comissario, em pouco anos não averá já Gentios” (Pompa, 2003, p. 320).

Outra situação que implicou perda da língua de diversas etnias de “tapuias”, além dos massacres acontecidos nas guerras, foram os descimentos. Freire resume bem essa atividade:

Os descimentos – expedições, em princípio pacíficas, ainda que com escolta militar – eram realizados tradicionalmente com a participação de missionários, que tinham o objetivo de convencer as comunidades indígenas a descer de suas aldeias de origem para as aldeias de repartição situadas nas proximidades dos núcleos coloniais. (Freire, 2007, p. 74)

Alguns missionários foram contra essa prática realizada pela Companhia de Jesus, a exemplo, o próprio jesuíta Jacob Roland já citado aqui, interveio a escrever a carta intitulada “Questão: se os tapuias têm de ser tirados do sertão e levados para mais próximo do litoral ou não”, que destaco algumas passagens significativas as questões trazidas aqui:

Digo que não há nenhuma razão de tirar os índios de seus sertões para iniciá-los nos princípios cristãos, mas que eles têm de ser batizados em suas próprias terras e nesses mesmos sertões. [...] Eles não suportam ser tirados à força nem iludidos, nem [mesmo se] levados pela fome e pela miséria. Com efeito, quantos de muitos milhares de índios sobreviveram sem a ajuda dos padres ou de outros quando levados à força de suas terras? Talvez um sobre mil esteja vivo. (Pompa, 2002, p. 92)

Tal passagem, demonstra que havia um certo comprometimento com o bem-estar daqueles “tapuais”, que pelo modo, foi decisivo no que diz respeito à sua sobrevivência e permanência no sertão. Nesse enfrentamento, outros missionários também se destacaram, e foram protagonistas de missões espalhadas pela região do Rio São Francisco, foram eles: Bernardo e seu irmão Martinho de Nantes, da ordem religiosa dos Frades Capuchinhos, e o frei François de Domfront, François de Lucé, Anastácio d’Audierne e o jesuíta Luis Vincencio Mamiani. O referido destaque se deve também ao sucesso das missões que rendeu a produção bibliográfica de uma *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Karirí* (1699) e um *Catecismo da Doutrina Christãa na Lingua Brasilica da Nação Kiriri* (1698) em língua Kipeá, e um *Katecismo Indico da Lingua Kariri* (1709) em língua Dzubukuá, ambas da família linguística Kariri.

4 A DOUTRINAÇÃO EM LÍNGUA DZUBUKUÁ DA NAÇÃO KARIRI

Como antes mencionado, os “tapuias” falavam várias línguas, entre elas o Dzubukuá, língua reconhecida como sendo também dos Tumbalalá, no Pambu. Os padres que rumaram no sentido de catequizar os Tapuias Kariri, se viram na necessidade de aprender a língua do gentio para que pudessem doutrinar na sua língua e assim ter êxito na missão. Fora o “comportamento indomável e grosseiro” dos indígenas, apontados por eles, a língua também era um dos problemas enfrentados pelos padres na doutrinação, e nessa situação, enxergarem a alternativa de aprender e doutrinar na língua do gentio: “É bem mais fácil que um só missionário, sábio e entendido, aprenda a língua de uma nação de índios do que uma nação inteira de gente grosseira e ignorante aprenda a língua de um só.” (Nantes (1702) apud Pompa, 2003, p. 63). Dessa forma, chegou-se à conclusão de que os Tapuias Kariri fossem convertidos na sua própria língua: “Para isso todos os nossos missionários entre os cariris se empenharam em aprender a sua língua, sem o uso da qual era impossível transformá-los em verdadeiros cristãos, pois que é natural do bárbaro a barbaria.” (Nantes, 1979 [1706] p. 18).

No prólogo do seu *Katecismo* (1709), Nantes assume a responsabilidade a respeito de continuar com a missão através da obra, já que ele não podia mais fisicamente, devido a ordem dos capuchinhos mais tarde ter sido expulsa do Brasil.

O meu intento neste trabalho foi servir ainda cà aos Indios, já que não o posso mais fazer lá, e ter a consolação de poder ainda continuar de algum modo no meu retiro o exercício da Missão, sem ter o trabalho de atravessar mares, e penetrar regiões remotas, para exercitar. (Prólogo (ao *leytor*) do *Catecismo*, 1709)

Quanto a obra e sua aprovação para ser publicada, um dos padres que a licenciou a defende e pontua a “reformação dos maus costumes” dos indígenas como algo que pode ser feita através dela: “Antes julgo ser a obra de muita utilidade para os Indios por que por meio de sua lição se erradicarão mais em os mistérios de nossa Santa Fé, e reformarão os maus costumes; e ficarão devedores ao Autor, de os instruir no serviço de Deus” (Nantes, 1709). Na visão de Pompa (2002), os catecismos são “Instrumentos fundamentais para essa conversão, entendida como aquisição da consciência de deveres e regras, foram os catecismos, como uniformização das regras, e a confissão, como controle da consciência.” Nantes, um dos mais empenhados na missão de catequizar e civilizar os Kariri, relata que

Tendo chegado antes de todos a essas nações, e cinco anos antes de qualquer outro missionário, fiz um dicionário da língua cariri, uma arte ou rudimento da doutrina cristã e um modelo de exame para a confissão, e traduzi a vida de alguns santos, elaborando cânticos espirituais sobre os mistérios

da fé empregando o tom dos hinos, cujo canto é mais agradável, para facilitar aos missionários o uso de sua linguagem. (Nantes, 1979[1706] p. 18)

Atualmente, não se tem notícia do dicionário e do exame para confissão, supõe-se que foi perdido junto com outros documentos dessa mesma época que poderiam revelar mais sobre a língua e o seu povo.

5 A FAMÍLIA DE LÍNGUAS KARIRI E A SUA DOCUMENTAÇÃO NO SERTÃO BAIANO

O Tupi foi a primeira língua de encontro com os colonizadores, esta chegou a ser a língua mais falada no Brasil até meados do século XVIII, foi também a primeira a ter uma gramática, que por sua vez, foi escrita pelo Padre José de Anchieta, depois de viver vários anos em missão entre os Tupi da Costa. Enquanto isso, em outra região do Brasil, segundo Mattoso Câmara (1977, p. 99) “Tôdas as outras línguas indígenas eram desprezadas pelos portugueses, como eram desprezadas pelos próprios TUPÍ, e ficaram incluídas num grupo geral, chamado TAPÚYA, que em TUPÍ quer dizer “inimigo, bárbaro”. Nesse correr, o Tupi acabou por ganhar o status de língua geral, após sofrer alterações na sua organização devido ao ideal gramático latino preferida pelos missionários, que tinha como objetivo central

[...] a comunicação com os nativos para fim de propaganda religiosa. Isso quer dizer que a realidade lingüística só valia como meio. Não estudavam Tupí como um lingüista moderno o estudaria, como uma coisa que existia e merecia ser objetivamente apreciada e interpretada. Estudavam-no com propósito utilitário. Era preciso conhecer a língua para por meio dela entrar em contacto com o indígena e promover a catequese religiosa. (Mattoso Câmara, 1977, p. 101).

Ao contrário do status adquirido pelo Tupi, existiam diversas outras línguas e etnias, que os missionários tiveram contato ao adentrar os sertões, onde habitavam boa parte dos Tapuias. Cardim, no seu tratado intitulado *Do principio e origem dos indios do Brasil e de seus costumes, adoração e ceremonias* (1881), relata a existência de 76 nações de Tapuias, que segundo sua descrição [...] têm as mais dellas diferentes línguas, são gente brava, silvestre e indomita, [...] (Cardim, 1881 p.59) e em relação a outro grupo de Tapuias, segue a dizer que [...] não se pode fazer conversão por serem muitos, andejos e terem muitas e diferentes línguas dificultosas (Cardim, 1881, p.60). Receberam também por outros padres o status de “línguas travada”, que para Mattoso Câmara seriam línguas [...] muito difíceis de pronunciar, línguas consideradas anômalas” (Mattoso Câmara, 1977, p. 99). Entre outras denominações, temos *Nheengatu* para o Tupi, que quer dizer “língua boa”, e em oposição, a *Nheengaíba*, dos Tapuias, que significa “língua ruim”.

Dentre as línguas faladas pelos Tapuias, estão as línguas da família Kariri que são: Kamuru, Sapuyá, Kipeá e Dzubukuá, originalmente ligadas ao tronco linguístico Macro-Jê, conforme classificada em estudos linguísticos. Sobre a localização geográfica deste tronco linguístico, é apontado que “[...] se estendia pelos interiores do Nordeste até o meio norte; pelos cerrados do Brasil Central até o Sul Oriental da Bacia do Prata; para o Sul do Brasil, ocupariam áreas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina” (Mattos e Silva, 2006, p. 240-241). Já as famílias que compõe esse tronco, com base na pesquisa realizada por Rodrigues (1994),

Podemos distinguir nos componentes do tronco Macro-Jê um conjunto a leste da família Jê, formados pelas famílias Puri (Coroadó), Botocudo, Maxacali, Kamakã e Kariri e mais as línguas Masakará e Yatê (Fulniô), e outro conjunto a oeste daquela família, formado pela família Bororo e pelas línguas Ofayé, Guató e Rikbaktsá. A família Karajá, no Araguaia, situa-se entre dois subgrupos da família Jê, o Kaiapó a oeste e o Akwém a leste. (Rodrigues, 1994, p. 49)

Da família Kariri, consta-se que foi falada até início do século XVIII duas línguas “[...] trata-se do Kipeá (ou Kiriri) e do Dzubukuá, aquela do nordeste da Bahia e Sergipe, este das grandes ilhas do Rio São Francisco, entre a Bahia e Pernambuco, próximo a Cabrobó” (Rodrigues, 1994, p. 49). Assim como o Tupi, essas duas línguas foram bem documentadas, apesar da má impressão que se tinha da língua e dos povos que as falavam, o Padre Jesuíta Luiz Vincêncio Mamiani, dedicado escreveu a *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kariri* (1699) e um *Catecismo* (1698) em língua Kipeá, enquanto que Padre Capuchinhos Bernardo de Nantes se dedicou a língua Dzubukuá, assim, tem escrito um *Katecismo Indico da Língua Kariri* (1709).

6 AS INFLUÊNCIAS DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DO LÉXICO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Para se compreender o português como ele se constitui hoje, é preciso levar em consideração o processo sócio-histórico vivenciado por esta língua em terras brasileiras e como, por exemplo, se houve contato linguístico com outros povos de diferentes línguas, isso provavelmente vai propiciar transformações na língua da comunidade em que houve, onde poderemos presenciar a realidade de uma língua heterogênea. Vários estudos em diversas comunidades já mostraram a influência do contato linguístico que resulta em transformações na língua, principalmente e mais notável no léxico, que é o que iremos investigar na comunidade do povo Tumbalalá.

A partir do léxico adentramos e podemos acessar o seio de uma comunidade e sua cultura, o que permite compreender mais sobre a constituição sócio-histórica e cultural de um determinado lugar, o léxico “representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo,

uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade” (Oliveira; Isquierdo, 1998, p. 7). Essa concepção trazida por Oliveira e Isquierdo (1998), nos ajuda a entender a relevância dos estudos nessa área, que está em crescimento. Isquierdo salienta que “investigar uma língua é investigar também a cultura, considerando-se que o sistema linguístico, nomeadamente o nível lexical, armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade” (Oliveira; Isquierdo, 2001, p. 109). Sendo assim, investigar o léxico falado pelo povo Tumbalalá na procura de resquícios lexicais de origem indígena pode nos revelar um pouco da cultura desse povo, e do que é importante para eles de acordo com o que foi mantido no léxico dentro da comunidade.

Para compreendermos o Brasil como um país multilíngue e passível de influências de outras línguas, sobretudo, no nível do léxico, trazemos Ilari e Basso (2009), que coloca

[...] vivia no Brasil uma população nativa estimada em seis milhões de indígenas. Sempre segundo os especialistas, esses indígenas falavam cerca de 340² línguas, que eram obviamente não indo-europeias e pertenciam a troncos linguísticos muito diferentes entre si. Portanto, o multilinguismo já existia no continente sul-americano, antes da colonização portuguesa. (Ilari e Basso, 2009, p. 60)

O Brasil já tinha status de multilíngue antes mesmo da colonização. Devido ao processo de colonização e ocupação do país desde 1500, podemos ver a chegada de diversas civilizações com diversas línguas, sendo que mais predominou a língua da dominação, que é português, hoje a língua oficial. Esse português diverso que temos atualmente é o produto de diversos contatos linguísticos com outros povos, principalmente com as línguas dos povos indígenas e dos povos africanos trazidos durante a escravidão. No que diz respeito ao léxico, Mattos e Silva (2004) aponta que

O português brasileiro deve, certamente, a sua riqueza lexical às línguas indígenas, sobretudo as do tronco tupi, mas não só; às línguas africanas, sobretudo as do grupo banto, mas não só; línguas dos emigrantes que se fixaram em algumas regiões do Brasil e, sobretudo, diria, a uma tendência criativa, que o torna aberto e sem preconceito em relação aos estrangeirismos. (Mattos e Silva, 2004, p. 146)

Assim como a autora pontua, que não só o Tupi, mas certamente outras línguas indígenas contribuíram para a formação do léxico do português brasileiro, o que só se pode demonstrar através da investigação de heranças lexicais na formação do Português Brasileiro dentro de comunidades de fala, apesar de que algumas línguas de acordo com alguns estudos em comunidades indígenas já comprovaram terem sido quase totalmente apagadas, que dentre as causas está a catequização, o extermínio de etnias completas, e as políticas

linguísticas impostas pelo diretório pombalino, mas não só, segundo Rodrigues (1993),

A aversão pela diversidade étnica e pela diversidade linguística continuam sendo uma das mais fortes heranças que a sociedade brasileira recebeu dos colonizadores portugueses. Mesmo as línguas indígenas mais faladas no presente estão submetidas a fortes pressões dos mais diversos setores da sociedade majoritária, que as vêem como empecilho à integração, isto é, ao domínio ou domesticação das minorias indígenas. (Rodrigues, 1993, p. 99-100)

Ainda hoje muitas línguas indígenas correm o risco de serem extintas, ainda que em muitas aldeias já se tenha projeto de revitalização, incluindo a produção de dicionários e materiais didáticos para as escolas dentro dos territórios indígenas. Como já vimos, houve também a criação de materiais para aprendizagem de línguas indígenas durante o período colonial, sendo a língua Tupi – institucionalizada como Língua Geral, a principal delas; mas a produção estava na mão exclusivamente de missionários e cronistas, tanto é que o Tupi foi introduzida por missionários em aldeias que não falavam o Tupi. “Foram essas línguas gerais de base indígena – e não as europeias – as primeiras línguas de comunicação interna que viabilizaram o processo colonial, sendo seu uso disciplinado por legislação (Freire, 2017, p. 38). Era um meio de sobrevivência aprender sobre a natureza do país e sem outra opção que não fosse através da língua dos nativos, por isso a influência do Tupi no léxico do português brasileiro ser maior dentro a categoria fauna e flora.

7 A HERANÇA LINGUÍSTICA DOS KARIRI NA ALDEIA TUMBALALÁ

A prerrogativa de manter os “tapuias” nas suas terras de origem e doutriná-los em língua Kariri ali mesmo, contribui para que hoje ainda existam indígenas dessa nação no sertão de Pambu e de outras regiões e também para que o léxico da sua língua tivesse uma chance de ser preservado, pois apesar da doutrinação, rituais e costumes desses povos continuavam sendo vivenciados em língua indígena ainda que escondidos na mata.

Visto o material pedagógico produzido, ao contrário do que se possa imaginar de que assim a língua iria ser preservada entre os originários, a eles, mais tarde só foi permitido aprender o português. Sobre isso Santana (2020) aponta

Mesmo com a sistematização das línguas indígenas, para o aprendizado de sua escrita, esse conhecimento se reservava a religiosos e leigos interessados, menos ao povo que a mantinha viva. Aos povos indígenas que atuaram como arquivos vivos e deram dados lexicais de sua própria língua para cada etapa de construção dessas obras – catecismos e gramática da Nação Kiriri – restaram-lhes a doutrinação da fé cristã. (Santana, 2020, p. 15)

Para pôr fim a qualquer chance que os nativos tinham de manter sua língua ancestral, estas foram totalmente proibidas de serem faladas devido às políticas linguísticas da época, onde temos como principal medida estabelecido por Marquês de Pombal em 1758,

[...] será hum dos prin-| cipaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respecti-| vas Povoações o uso da LinguaPortugueza, naõconsen-| tindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que | pertencerem às Escólas, e todos aquellesIndios, que forem | capazes de instrucção nesta materia, usem da Linguapropria | das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da | Portugueza,[...] (Directorio, 1758, p. 3-4, parágrafo 6)

As medidas previstas pelo Diretório implicaram no glotocídio de diversas línguas indígenas por todo o Brasil, não sobrando escolha aos indígenas, ao passo que eram perseguidos caso falassem a sua própria língua. Ainda assim, os meios investidos pelos padres na catequese e o apoio para que esses povos permanecessem em suas terras de certa forma podem ter contribuído para que resquícios lexicais dessas línguas ainda fossem faladas nessas comunidades, o que depende de pesquisas mais aprofundadas junto a esses povos para poder se saber. Como não tivemos a tempo autorização para essa realização, optamos por utilizar materiais já publicados fruto de entrevistas junto ao Povo Tumbalalá: a Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Tumbalalá (2010) e a obra Índios na visão dos índios (2001), e assim, selecionamos várias lexias, prosseguimos na procura de algum correspondente no *Katecismo* (1709), procuramos se essas foram registradas no dicionário Houaiss (online) e por fim, construímos uma lista que contém o significado na comunidade e o significado e etimologia extraída do dicionário consultado.

Indumentária

Pujá: Adorno em formato semelhante ao de um gorro feito da fibra do caroá. DM e DH: S/R

Cataioba: saia feita da fibra do caroá. DH e DM: S/R.

Fauna e Flora

Peba: animal escavador. DH: 1.Chato, alongado2.m.q. tatupeba Etim: tupi 'pewa ou 'bewa no sentido de 'chato, achatado, plano, liso, largo'.

Araçá: Arvoré. Design. comum a vários arbustos e árvores(...) Etim:tupiara'sa;

Toá: Barro branco usado na pinura de cerâmicas. DH: Etim: tupi ta'gwa no sentido de 'argila de que se extrai tinta de cor amarela, a cor amarela'.

Carir: DH: Cascudo (no sentido de 'designação comum'). Etim: ver em Acari. tupi gwaka'ri no sentido de 'peixe da fam. dos loricariídeos, [...]

Croá: fibra usada para fazer vestes, redes de pesca e cordas. DH: Etim: segundo TupGN, s.v. carauá, do tupi cará-uã no sentido de 'talo armado de espinho, nervura farpada, bromélia cujas folhas dão excelentes fibras[...].

Mandioca: fruto. DH: Etim: tupimandi'oka no sentido de 'mandioca, raiz da planta chamada mandi'íwa, no tupi';

Catolé: referente ao caroço do Mari. DH: Design. comum a plantas da fam. das palmas, esp. a várias do gên. Attalea, freq. com frutos pequenos e oleaginosos. Etim:orig.contrv.; segundo DHPT, do tupi katu're no sentido de 'variedade de palmeira'; segundo TupGN, "não parece de procedência tupi; é voc. do sertão com que se denomina palmeira".

Cabaçá: usada para fazer maracá e armazenar água. DH: Design. comum a plantas da fam. das cucurbitáceas e a uma da fam. das bignoniáceas, cujas cascas dos frutos, muito duras, são us. no fabrico de diferentes objetos; cabaceira, cabaceiro Etim: orig.obsc.

Bebida

Ajuká: bebida ritualística: DM e DH: S/R.

Objeto

Aribé: panela grande feito de barro. DH:Frigideira grande, de barro, us. na região do rio São Francisco. Etim:orig.obsc.

Koaki: especie de cachimbo em formato de cone feito da raiz da jurema ou de barro. DM e DH: S/R.

Maracá: chocalho usado em rituais. DH: Etim. tupi *mara'ka* no sentido de 'espécie de chocalho indígena'.

Borduna: Lança de madeira. DH: Arma indígena de ataque, defesa ou caça, ger. cilíndrica e alongada, feita de madeira dura; tacape, clava. Etim: orig. obsc.

Takapi: lança de madeira. DH: Arma indígena de ataque. Etim: segundo Nasc, tupi taka'pê; o el. final -pema seria o tupi 'pema, que o DHPT doc. como alt. de pe'mba no sentido de 'anguloso, nodoso, esquinado'.

Topônimo:

Cabrobó: município vizinho. DH: Indivíduo paupérrimo, de pés descalços Etim:orig.duv.; segundo TupGN, prov. do cariri coprobó no sentido de 'guerra'

Abaré: nome do município onde fica localizado parte do território do povo Tumbalalá. DH: Entre os indígenas brasileiros, missionário ou padre cristão, esp. o jesuíta Etim:tupiawa're no sentido de 'homem distinto, diferente dos demais'(...)

Outros

Toré: ritual. DH: Dança selvagem que, por sua coreografia e música, se parece com o coco (dança de roda). Etim: segundo Nasc, do tupi to'rê lit. 'torto', designa instrumento musical indígena e, p.ext., dança ou ritual em que é us.

Tropelo/ trupela: cantar e dançar toré. DH: S/R.

Quixó: armadilha pequena de gravetos para capturar pássaros. DH: espécie de 1 mundéu (no sentido de ‘armadilha’) para pegar preás, mocós etc. Etim: segundo Nasc, prov. tapuio, por causa da terminação.

7.1 ANÁLISE

Ao todo, foram catalogadas 47 lexias, das quais 25 estão listadas acima. Entre elas, 21 têm origem no Tupi, 4 possuem origem obscura, 3 apresentam origem controversa, 1 é proveniente do Quicongo (língua africana), 1 do Quimbundo (língua africana), 1 é considerada duvidosa, e 2 têm origem desconhecida. Essas classificações foram feitas com base nos significados apresentados nos dicionários Houaiss (2011) e Michaelis (1998). Desse modo, podemos supor que a aldeia Pambu tenha passado pelo processo de *tupinização*³, visto que também, segundo Barros (2003), “Usar na evangelização línguas diferentes ao tupi era visto apenas como uma questão temporária. A ideia era “misturar os de línguas tapuia com os da língua geral.” Outro resultado semelhante a esse, foi obtido por Santana e Mendes (2020), na aldeia Massacará do povo Kaimbé.

Ao analisar se há alguma palavra correspondente no Katecismo (1709), o termo mais próximo que encontramos com a pronúncia e grafia foi o “*Waiuca*”, similar a Anjuká, que para os indígenas é uma bebida ritualística, e no *Katecismo*, o significado é referente a um [...] câto supersticioso[...] (Nantes, 1709, p. 157/129), que o frei menciona quando trata sobre os costumes e ritos dos indígenas. Quanto às mudanças na formação da palavra, uma explicação seria devido às alterações que são passíveis a toda língua em razão do tempo e aos contatos com outros povos. Só é possível saber mais a respeito do significado dessa palavra e se pode haver alguma correspondência entre elas através de uma consulta direta ao povo Tumbalalá.

Outro termo que pode significar algo para o povo, é o termo *paewi*, encontrado no Katecismo de Nantes, e corresponde a cachimbo. No caso dos Tumbalalá, o cachimbo para eles tem o nome de *Koaki*. Dessa vez, a grafia teria passado por bastante transformação, mas novamente, só através de consulta ao povo, poderíamos conferir se na história há uma pronúncia diferente para esse termo.

Temos algumas lexias que vale a pena pontuar, como no caso de Cabrobó, município vizinho à aldeia, que é dicionarizado como sendo de origem duvidosa, mas é apontada segundo a descrição dada no dicionário Houaiss, como provavelmente sendo do Kariri: “prov. do cariri coprobó no sentido de ‘guerra’”. Temos também Catolé e Aribé, uma controversa e outra obscura, mas que na descrição apontam como palavras presente no sertão e usado na região do São Francisco, e também Quixaba e Quixó, a primeira apontada como sendo provavelmente de origem indígena, e a segunda como sendo do “tapuio”, diante da sua terminação. Todas essas descrições nos levam a crer que essas palavras sejam de origem Kariri.

Dentre as palavras catalogadas 14 não há correspondências nos dois dicionários, há 5 palavras cujo significados dialogam diretamente com as tradições, costumes e ritos do Tumbalalá. Apesar de toda perseguição e o do glotocídio da língua Kariri Dzubukuá, os Tumbalalá, justamente e estrategicamente, ao que tudo indica, considerando os dados apresentados, preservaram, na sua fala, lexias que provavelmente possuem significados de muita importância para esse povo, estas são: cataioba, pujá, koaki, ajuká e trupela/tropelo. A cataioba e o pujá ambos são vestes feito da fibra do caroá, usados por eles em seus rituais, mas também fora deles; o koaki é um cachimbo feito de barro ou da raiz da jurema de uso pessoal muito utilizado nos rituais para vários fins, mas também fora; já o anjuká - uma bebida, é algo mais específico e poucas pessoas podem tomá-la, e o seu preparo e tudo que está relacionado ao seu uso é mais restrito e envolve segredos que só aqueles mais sabidos da “ciência” podem dominar; trupela/tropelo para eles é o “trabalho”, é seguir o “regime” das suas tradições e rituais. Todos esses elementos fazem parte dos rituais e possuem bastante destaque nos seus costumes e tradições, pois influenciam nas relações com seus encantados e também marcam a identidade cultural do povo Tumbalalá. Assim, vemos que apesar das mudanças e interferências causadas no período colonial sofridas pela língua, sempre há algo de dentro da cultura de um povo, que resiste e permanece.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao descobrir que a língua Dzubukuá foi documentada por Nantes (1709) em forma de catecismo e que permaneceu em uso até meados do século XVIII, identificamos a possibilidade de haver resquícios lexicais dessa língua na fala do povo Tumbalalá, que habita Pambu, uma das aldeias onde ela era utilizada.

Contudo, a pesquisa bibliográfica sobre o povo Tumbalalá evidenciou o impacto devastador do processo de colonização. Esse processo não apenas silenciou a língua original dos Tumbalalá, mas também de muitos outros povos indígenas do Nordeste. A presença missionária foi marcante, e os relatos indicam que o povo enfrentava conflitos constantes com os curraleiros, além de perseguições que levavam muitos a fugir. Os Tumbalalá também foram envolvidos em duas guerras, agravando ainda mais a perda cultural.

Apesar da preferência dos missionários em catequizar na língua Kariri e da oposição ao processo de descimentos, o contexto piorou em 1758, com a imposição das políticas linguísticas do Diretório Pombalino. A partir de então, tornou-se obrigatório o uso exclusivo do português para o ensino e a comunicação em todo o território. Essa medida contribuiu significativamente para o quase completo desaparecimento da língua Dzubukuá.

Diante desse cenário, o resultado não poderia ser outro: restaram apenas fragmentos lexicais que, possivelmente, remetem a essa língua ancestral. Embora a língua

Kariri Dzubukuá seja considerada a língua original dos Tumbalalá, a análise etimológica das palavras coletadas revelou que a maioria delas é de origem Tupi. Supomos que isso seja reflexo do processo de tupinização, já que o Tupi era a língua da “expansão” no país e a preferida para a catequização. Poucas lexias parecem ser de origem Kariri, e apenas uma – “anjuká” – tem correspondência no catecismo de 1709, onde está registrada como “Waiuca”. Essa lexia, que permanece viva na fala dos Tumbalalá, está relacionada a algo sagrado nos rituais do povo.

A investigação da história dos Tumbalalá, por meio de sua língua, revela que, apesar de séculos de perseguições e sofrimento, esse povo resistiu e preservou aquilo que é mais importante e sagrado. As lexias encontradas, ainda que escassas, refletem os rituais, tradições e costumes que continuam a fazer parte da identidade desse povo resiliente.

NOTAS

¹Kiriri é o nome dado a uma etnia de indígenas e o nome da família das línguas que falavam, e Kariri é também um nome dado para alguns povos pelo sertão que falavam línguas que foram denominadas também de Kariri, porém alguns linguistas optam por chamar a todos esses de Kiriri, inclusive as línguas, mas de acordo com registro de missionários e cronistas, Kariri eram nações de indígenas que falavam Kariri, e que obtinham outros nomes étnicos, como os Dzubukuá, porém mais conhecidos como Kariri.

²Rodrigues (1993) faz uma estimativa que diz que poderiam haver aproximadamente 1.200 línguas faladas no Brasil no final do século XV. Ver: RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. São Paulo: DELTA, 1993. p. 93.

³Ver.: NOBRE Wagner Carvalho de Argolo. Introdução à História das Línguas Gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial. Dissertação de mestrado. UFBA, Salvador-BA, 2011.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, UM. “A Jurema tem dois gaios”: história Tumbalalá. In: CARVALHO, MR., and CARVALHO, AM., org. **Índios e caboclos: a história recontada** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 183-222. ISBN 978-85-232-1208-7. Disponível em: <http://books.scielo.org/>

BARROS, F. Borges. **Annaes do Archivo Público e do Museu do Estado da Bahia**, Salvador, v. 4 e 5, ano 3, 1919.

BARROS, Maria Cândida D. M. **Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia (séculos XVII-XVIII)**. In: FREIRE, José Ribamar Bessa & ROSA, Maria Carlota (Orgs.). Línguas gerais: política lingüística e catequese na América do Sul no período colonial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2003. p. 92

CARDIM, Fernão; DE ABREU, João Capistrano; TRISTÃO, Manuel. **Do principio e origem dos indios do Brasil e de seus costumes, adoração e ceremonias**. Typographia da Gazeta de notícias, 1881.

Coordenadores Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Organizadores Juracy Marques dos Santos... [et al.] **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Tumbalalá /**. – Manaus, AM: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010

Coordenação geral: Águia Dourada – Organização Multicultural Indígena do Nordeste; Organizadores: Sebastião Gerlie, Sheila Dias de Souza, Márcia Cardim e Eneida Rebouças. **Índio na visão dos índios**. (2001)

DICIONÁRIO MICHAELIS. Comunicação. **Michaelis On-line**, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/caba%C3%A7a/>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **As línguas indígenas na América Latina: políticas públicas e esquecimento**. Revista Observatório Itaú Cultural – N. 22 (maio/nov. 2017). – São Paulo: Itaú Cultural, 2007.

HALFELD, Henrique G. F. **Atlas e relatório concernente à exploração do Rio de S. Francisco desde a Cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico**. Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860.

In: Dicionário Houaiss Online. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_v6-1/html/index.php#0 Acesso: 01 de novembro de 2023)

ILARI, R. & BASSO, R. **O Português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2009.

JR, J. Mattoso Câmara. **Introdução às Línguas Indígenas brasileiras**. Museu Nacional – Rio de Janeiro, 1965.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII. São Paulo: Edições Loyola. [1938] 2004.

MAMIANI, Luiz Vincencio. **Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Karirí**. 2 ed. Edição facsimilar. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1877 [1698]

MATTOSO CÂMARA, Joaquim. **Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1977.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

NANTES, M. de. **Relação de uma missão no rio São Francisco**. Tradução e comentários de Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979 [1706]. (Brasílica, Volume - 368)

NANTES, Bernardo de. **Katecismo indico da língua kariris**. Material microfilmado. Lisboa: Valentim da Costa Deslandes, 1709.

OLIVEIRA, Ana Maria Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. 2 ed. Campo Grande (MS): Ed. UFMS, 2001 [1998], 9–123.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. 2.ed. Campo Grande, MS: ED. UFMS, 2001.

POMPA, Cristina. **O lugar da utopia: os jesuítas e a catequese indígena**. Novos Estudos. São Paulo, n. 64, 2002.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru: EDUSC, 2003.

REGNI, Pietro Vittorino. **Os capuchinhos na Bahia**. Uma contribuição para a história da igreja no Brasil. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1988.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. **Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas**. São Paulo: DELTA, 1994.

RUBERT, Arlindo. **A igreja no Brasil: expansão missionária e hierárquica**. Santa Maria (RS): Pallotti, 1988. v. 2 e 3.

SANTANA, Rejane Cristine Carneiro. MENDES, Luan Oliveira. **O Legado Linguístico dos Tapuias no Sertão Baiano**. Capes: Programa de Iniciação Científica (IC), 2020.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **O português brasileiro: sua formação na complexidade multilinguística do Brasil colonial e pós-colonial. Do português arcaico ao português brasileiro**, p. 115-137, 2004.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Caminhos da linguística histórica – “ouvir o inaudível”** – São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

SOUZA, Hirão Fernandes Cunha e. **O Português Kiriri: aspectos fônicos e lexicais na fala de uma comunidade do Sertão Baiano**. Salvador/BA: Universidade Federal da Bahia/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.